

**18 Congresso Brasileiro de Sociologia da SBS**

**Brasília 26 a 29 de Julho de 2017**

**GT 10 Biografia e Sociedade**

**Narrativas biográficas:**

**Fundamentos epistemológicos e metodológicos para a  
condução de pesquisa empírica**

*Hermílio Santos*

*PUCRS, Porto Alegre, Brasil*

[hermilio@pucrs.br](mailto:hermilio@pucrs.br)

*Prelúdio: Arbítrio e ação*

Filósofos e sociólogos contemporâneos dedicaram parte de sua atenção ao problema da ação, na qual a questão de quão livre são os indivíduos para fazer escolhas ocupa um lugar central. Embora ainda seja uma questão controversa, a sociologia de Alfred Schutz se dedica em boa medida a discutir a gênese da ação como um elemento central para a compreensão de fenômenos sociais. O objetivo desse artigo é explorar alguns fundamentos epistemológicos e metodológicos para a pesquisa com narrativas biográficas, em que tanto o espaço de liberdade quanto os constrangimentos da ação livre ficam explícitos. Antes de explorar diretamente esses aspectos, contudo, convém revisar ainda que muito sumariamente e de maneira parcial, algumas perspectivas que estão presentes nesse debate e que, de certa forma, estão presentes ainda que implicitamente consideradas nas pesquisas empíricas mais recentes.

Ainda que considerado um tema clássico, filósofos contemporâneos se dedicaram ao tema do livre-arbítrio. Ernst Tugendhat (1992), por exemplo, concebe o problema como estando intimamente relacionado ao significado de imputabilidade (*Zurechnungsfähigkeit*), que pode ser melhor compreendido pela elucidação das esferas da práxis: a esfera moral, a esfera do código penal e a esfera da reflexão prática em geral.

Na esfera moral revela-se um desacordo profundo entre Tugendhat e a escola kantiana, já que para Tugendhat a exigência moral pressupõe imputabilidade, pelo fato de que se agimos imoralmente também poderíamos ter agido moralmente.

Também para o direito penal coloca-se a questão da imputabilidade, tornada problemática a partir da expressão “ela (a pessoa) poderia ter agido diferente”. Da compreensão dessa expressão depende o estabelecimento de uma pena – se ela for de todo legítima. Anthony Kenny (1978) relaciona quatro

sentidos para o uso do verbo “poder” que aparece nessa expressão. Um desses sentidos indica a presença tanto da capacidade quanto da oportunidade. É precisamente nesse sentido de “poder” que está em discussão, isto é, quando o livre-arbítrio envolve a capacidade de agir de outra maneira. Assim, para que se possa fazer X livremente, tem-se que ter a capacidade e também a oportunidade de não fazer X. Kenny parte desse sentido de “poder” para estabelecer a imputabilidade ou não de uma pessoa diante de um ato executado por ela mesma. Seria injusto, assim, considerar uma pessoa responsável por seus atos se lhe faltou a liberdade relevante neste caso, a saber, o de poder ter agido diferente.

Outro autor importante para a discussão contemporânea da imputabilidade é Ulrich Pothast (1987). Pothast lança a questão acerca das condições para a existência da culpa. Assim como Kenny, Pothast assume como ponto de partida a verificação do fato do criminoso ter-se decidido pelo errado, embora ele tenha podido decidir-se pelo correto. No entanto, a conclusão a que chega Pothast parece não apenas diferente, mas oposta àquela de Kenny; isso já está indicado desde o título do seu livro *Die Unzulänglichkeit der Freiheitsbeweise (A insuficiência da demonstração da liberdade)*. Se tomarmos a definição de Tugendhat para imputabilidade (entendida como a responsabilidade de uma pessoa para com algum acontecimento) ou a definição dada por Kenny para o termo “responsabilidade”(estar sujeito à punição), veremos que é inadequado afirmar que Pothast tende a negar a possibilidade da imputabilidade, mesmo que ele o queira. Sua tentativa é uma contradição, pois negar a imputabilidade implicaria em não admitir sequer a possibilidade de uma pessoa ser objeto de um processo terapêutico em razão de um ato criminoso. Portanto, o desacordo que há entre Pothast e Kenny e Tugendhat é menos o fato de conceber ou não a imputabilidade e mais a forma de como lidar com aqueles que violam as leis da sociedade.

Há ainda uma terceira esfera, na qual entretanto não se leva em conta o conceito de imputabilidade. Trata-se da reflexão prática em geral. O que é relevante aqui é a questão da possibilidade de agir livremente. Se ficássemos no limite da definição dada por Aristóteles do que é agir livremente a situação seria menos problemática. Segundo Aristóteles, temos que satisfazer duas condições: a) que sabemos o que estamos fazendo e b) que não executamos uma ação sob coação. Mas Aristóteles apenas se referia a coações externas. A questão torna-se mais complexa quando introduzimos o fenômeno da coação interna. Também neste caso fala-se de ação compulsória, quando se encontram obstáculos para a ampliação da esfera da autonomia, isto é, da amplificação da possibilidade de pensar e tornar eficaz o resultado do pensado. Tugendhat considera um equívoco a conclusão de Kant de que a ação daí decorrente não é necessária, no sentido de que ela não é produzida causalmente. Para alguns sociólogos, a ideia de uma coerção interna explica os limites de uma ação sem restrições visíveis.

Anthony Giddens e Pierre Bourdieu representam duas escolas no pensamento sociológico que parecem postular a ideia de uma coerção interna. Em sua perspectiva estruturalista, Giddens (2003) concebe a estrutura não como sendo externa aos indivíduos, mas como traço mnêmico tornado visível nas

práticas sociais. Nesse sentido, indivíduos incorporam restrições “impostas” por outros. Dessa maneira, indivíduos antecipam os limites para sua ação, restringindo a possibilidade de se falar sobre liberdade de ação. Em razão desse processo, indivíduos raramente estão atentos a essas restrições enfrentadas no cotidiano. Giddens (1993) afirma que indivíduos estão de alguma maneira compelidos a escolher e definir seu estilo de vida que sintetize seus lugar no mundo; aqui estilo de vida implica um conjunto de práticas não apenas porque elas preenchem necessidades utilitárias, mas porque fornece forma material para um discurso singular de identidade. Entretanto, com base na sua teoria da estruturação, essa definição apenas aparentemente é dependente de critérios do próprio indivíduo.

Um outro sociólogo influente postula a ideia de um processo social no qual resulta na criação de algum tipo de limitação interna não apenas para a ação livre, mas também para o livre arbítrio, considerado aqui como um momento preliminar e necessário para a ação sem restrições. O conceito de *habitus*, como empregado por Bourdieu (1980), isto é, um sistema socialmente constituído de disposições que geram e unificam todas as práticas e ideologias de um agente, define as práticas do agente de uma maneira regular e constante (Crossley, 2001, p. 83). Bourdieu afirma que o *habitus* torna possível a produção de todos os pensamentos, de todas as percepções e também de todas as ações; neste sentido, parece restringir enormemente a possibilidade de interpretação individual de seu próprio *habitus*. Explorando possibilidades concretas de coerção interna, Bourdieu (1999) apresenta a ideia de uma violência simbólica, na qual a dominação masculina é apenas um exemplo, em que a subordinação da mulher nas sociedades contemporâneas está tão profundamente sedimentada que não necessita estar explicitada com o uso de instrumentos mais visíveis de dominação, como a violência física ou psicológica. Por meio do consentimento da pessoa dominada, a dominação masculina é exercida sem que ela tome consciência disso.

Em oposição aos filósofos e sociólogos que podem ser considerados como filiados a um “determinismo brando” (Kenny, 1978), Alfred Schutz parece resolver esse problema assumindo que indivíduos, diferente do que ocorre com os objetos das ciências naturais, possuem a faculdade de interpretar o mundo e de interpretar a si mesmos no mundo. O trabalho interpretativo dos indivíduos implica, na sociologia de Schutz, em ter à disposição um sistema de relevância e tipificação que em parte é transmitido aos novos membros de uma sociedade ou de um grupo interno por meio da educação (Schutz, 1979, p. 119). De acordo com Nasu (2008, p. 92), relevância é o problema mais importante para a investigação fenomenológica do mundo da vida, uma vez que implica em se perguntar pelas maneiras que o indivíduo experiencia os objetos e eventos ao seu redor, o que significa como eles percebem, reconhecem, interpretam, conhecem e agem na vida cotidiana por meio da seleção de fatos em cada situação. A experiência ocorre como um processo de escolha e não como uma fatalidade ou como uma recepção passiva de dados e informações, tendo em vista que os indivíduos escolhem quais elementos de

significado devem receber sua atenção, ou seja, quais elementos entre aqueles envolvidos em uma situação são considerados relevantes. Nesse sentido, a investigação dos motivos para uma ação, assim como seus significados para o ator, ocupa um papel central. A sociologia de Schutz possui explicitamente um componente pragmático, uma vez que o indivíduo é considerado a partir do ponto de vista da ação, ou da ação iminente. Indivíduos não estariam nem à deriva, nem submersos sob as ondas dos fatos que eles experienciam, uma vez que estão “equipados” com os instrumentos necessários para orientá-los. Esses instrumentos são precisamente o sistema de relevância e tipificação, que seleciona o conhecimento à mão que é relevante para sua ação (Nasu, 2008, p. 91); assim, puros eventos ou fatos não existem, mas somente fatos e eventos interpretados.

### *Primeiro ato: Ação e temporalidade*

A investigação sociológica da ação, portanto, geralmente tem como ponto de partida a premissa de que um ator executa escolhas. Uma importante contribuição de Alfred Schutz para a compreensão da ação social é a investigação da motivação para a ação, na qual a distinção entre "motivos porque" (motivos de causalidade) e "motivos a-fim-de" (motivos de finalidade) desempenha um papel central (Schutz, 2004a). Enquanto os motivos de finalidade se referem à expectativa futura do ator, os motivos de causalidade dizem respeito às experiências e convicções do passado ancoradas nas circunstâncias ambientais e sócio-históricas em que o ator esteve envolvido (Dreher, 2011; Barber, 2010). Isso significa que os motivos de causalidade estão relacionados às experiências biográficas do ator. As experiências biográficas são o componente chave para investigar as motivações de qualquer ação, devido ao fato de que a relevância motivacional é feita a partir de sedimentos de experiências anteriores, que eram relevantes para a pessoa (Schutz, 2004a, p. 115).

Embora a ação atual não possa ser distinguida em termos de temporalidades distintas, a inclusão explícita de um componente temporal na análise pode fornecer precisão para entender os elementos envolvidos no processo individual de tomada de decisão. A temporalidade é uma parte intrínseca da constituição do significado (Muzzetto, 2006, p. 5) e, nesse sentido, não pode ser excluída da análise de qualquer ação e suas motivações. Ao considerar a temporalidade, o observador (sociólogo) obtém acesso a diferentes aspectos envolvidos na ação, especialmente as experiências passadas e a expectativa futura. O aspecto do tempo raramente é incorporado como um critério claro para definir um guia de ação e é mantido de forma implícita. Nem todas as experiências podem ser consideradas significativas, apenas as já vividas quando consideradas em retrospectiva (Muzzetto, 2006, p. 10). Dizer que as experiências são significativas, implica que os indivíduos possam distingui-las e enfatizá-las, o que significa confrontá-las com outras experiências. Isso só pode ser realizado se a experiência puder ser delimitada através de "um

ato de atenção", como Schutz denomina essa ação, inspirado em Husserl. Então, atribuir significado a uma experiência passada é interpretá-la *ex post* através da recuperação pela memória. Recordar constitui, portanto, a condição de possibilidade de que as experiências passadas possam ser analisadas analiticamente como uma motivação para a ação.

Colocar a ação em uma perspectiva temporal implica considerar o tempo como um contínuo, no qual passado, presente e futuro estão implicados na mesma ação. No entanto, dizer que o tempo é um contínuo na ação de alguém não implica que exista um tipo de determinismo nas ações presentes e futuras, ou seja, definidas pelas ações já realizadas, mas apenas que a ação atual e futura não pode ser entendida sem levar em consideração as ações anteriores realizadas por aqueles cujas ações são consideradas. Nesse sentido, as análises de ação baseadas nos escritos sociológicos de Alfred Schutz devem ser assumidas como uma investigação histórica por excelência. O que é colocado aqui numa perspectiva histórica não é apenas a própria ação, mas também o significado atribuído à própria ação do ator, no presente e no passado também. Nesse sentido, compreender a ação baseada na sociologia de Schutz seria melhor realizada com uma combinação de análise sincrônica e diacrônica.

A abordagem de narrativas biográficas - desenvolvida pelo sociólogo alemão Fritz Schütze (1983) e posteriormente incrementada entre outros por Gabriele Rosenthal (1995; 2014), especialmente para a análise de narrativas produzidas durante uma entrevista biográfica - é uma perspectiva metodológica que oferece procedimentos importantes para a compreensão da ação cotidiana. O ponto de partida desta abordagem, fundada em parte na sociologia de Alfred Schutz, é a compreensão dos problemas sociais através da obtenção de narrativas sobre experiências concretas daqueles que têm relação com os fenômenos analisados, tais como migração, violência, desemprego, dentre vários outros. Explorarei as premissas teóricas subjacentes à abordagem sociológica de Schutz como um aporte fundamental para as perspectivas dedicadas à investigação da ação social, notadamente a abordagem de narrativa biográfica.

Schutz trata a biografia pelo menos de duas maneiras diferentes: como uma maneira de investigar os motivos "porque" para a ação de alguém e como forma de exemplificar suas considerações teóricas. Com base em seus escritos teóricos, especialmente nos artigos "Das Problem der Relevanz" (Schutz, 2004), "Die Biographische Situation" (Schutz, 2004) e "Das Wählen zwischen Handlungsentwürfen" (Schutz, 2004) [A escolha entre projetos de ação], discuto a experiência biográfica como um aspecto chave para entender a motivação para a ação. Então, vou considerar como Schutz explora suas próprias experiências biográficas para apresentar os aspectos teóricos e empíricos de sua sociologia relacionados ao papel fundamental desempenhado pela biografia sobre a organização da ação futura. Finalmente, examinarei como seus escritos, combinados com outras referências, influenciaram pesquisas empíricas

em sociologia cujo objetivo era explorar narrativas biográficas como forma de obter acesso empírico à construção social da realidade (Berger e Luckmann, 2002).

### *Segundo ato: Ação e experiência biográfica*

O projeto sociológico postulado por Schutz coloca a perspectiva subjetiva à frente das preocupações analíticas. Aqui, deve notar-se que a construção do significado subjetivo não coincide necessariamente com a própria análise sociológica; em vez disso, é objeto da análise científica. Tal análise incorpora uma perspectiva diacrônica, uma vez que considera os desenvolvimentos no processo biográfico de construção de significado e definição sobre a própria ação. Há aqui uma consideração das experiências de vida como um elemento intrínseco na constituição do significado em oposição ao conceito de identidade, por exemplo.

Ao contrário da abordagem biográfica, como uma subárea sociológica de investigação, os estudos identitários estão muito mais preocupados com a situação atual, ou seja, a situação biográfica atual do ator, sem considerar adequadamente as experiências passadas que podem ter contribuído para a atribuição do significado atual e da ação (Fischer-Rosenthal, 2005). Outra distinção entre a abordagem biográfica baseada em Schutz e a investigação sociológica da identidade relaciona-se ao foco da análise. Nas abordagens de identidade, a atenção está voltada para o discurso comum dos grupos, especialmente em relação às suas características culturais. Dois outros aspectos, parece-me, são negligenciados sem uma consideração adequada: primeiro, as abordagens de identidade geralmente não são sensíveis às distinções entre aqueles que compartilham elementos comuns, como membros de uma etnia ou membros da mesma comunidade ou mesmo aqueles que apresentam experiências comuns de migração, do desemprego, da prática violenta, ou que pertençam ao mesmo movimento social, por exemplo. Em segundo lugar, os pesquisadores envolvidos na investigação da identidade não se preocupam muito com a dinâmica do desenvolvimento histórico das principais características atribuídas a uma identidade específica. Nem estão deliberadamente conscientes das relações distintas de indivíduos ou grupos de indivíduos com a suposta identidade. Concentrando-se exclusivamente na caracterização sincrônica de um grupo, a pesquisa sobre identidade geralmente deixa inobservados os aspectos biográficos da conexão daqueles que se reconhecem como pertencentes à mesma comunidade, cultura, movimento, etc., e essa conexão é tomada, pelo menos implicitamente, como se fosse uniforme e não problemática. O processo de pertença pode ser melhor abordado se se considerar explicitamente as experiências anteriores dos membros de um grupo considerado na análise. Para esse propósito, a sociologia de Schutz - usando as experiências biográficas como forma de abordar a realidade e compreender o curso de ação - representa um importante passo à frente da discussão disponível sobre as identidades culturais.

O material básico para a ação é a "objetividade e os eventos já existentes ..." (Schutz e Luckmann, 1973, p. 3), que representam de alguma forma uma limitação para qualquer ação. Esta limitação é dada, por exemplo, pela pré-existência de linguagem natural na cultura em que os indivíduos são socializados ou mesmo a ação já tomada pelo ator e o resultado da ação de outros. Esta concepção implica que os indivíduos não estão isolados, mas são vistos em seu horizonte, que são interpretados pelos próprios atores. Este contexto é considerado por Schutz como a realidade do mundo da vida cotidiana, na qual o ator pode se envolver e que pode ser modificado desde que se atue no mundo.

Na exposição dos sistemas de relevância, Schutz os conecta ao problema da biografia e da situação biográfica. Em seu artigo "O problema da relevância", Schutz argumenta que a relevância presente é fortemente determinada tanto pela posição geográfica atual ocupada pelo indivíduo quanto pela situação biográfica (Schutz, 2004). No entanto, esta situação biográfica é a sedimentação da história do indivíduo, que inclui suas próprias experiências diretas, as de contemporâneos e predecessores, mas também suas fantasias passadas. A recuperação dessas experiências no presente é definida por um interesse prático. Isso significa que, diante de uma necessidade iminente de agir no futuro próximo, provoca o acesso das experiências biograficamente sedimentadas, mesmo que os atores não estejam totalmente conscientes do fluxo desse processo. Experiências anteriores, ou pelo menos aquelas consideradas como relacionadas aos problemas práticos enfrentados pelo ator, são registradas como experiências típicas. É a sua tipicidade que se torna um elemento importante do estoque de conhecimento.

Em seu artigo "Escolhendo entre projetos de ação", Schutz (1962, p. 71) volta à diferenciação de motivos, conectando explicitamente os motivos "motivos de causalidade" às experiências passadas do ator. Considerando a importância deste tópico para o desenvolvimento das abordagens de pesquisa baseadas em experiências biográficas para compreender fenômenos sociais e ações sociais, vale a pena citar:

O verdadeiro motivo porque ... é uma categoria objetiva, acessível ao observador que tem que reconstruir a partir do ato realizado, nomeadamente do estado de coisas provocado no mundo exterior pela ação do ator, a atitude do ator para a ação dele. Somente na medida em que o ator se volta para o seu passado e, assim, se torna um observador de seus próprios atos, ele consegue entender o genuíno motivo de seus próprios atos. (Schutz, 1962, p. 71)

Nesta passagem, Schutz indica dois movimentos necessários para a compreensão de qualquer ação, que deve ser feita pelo observador, um sociólogo, por exemplo, e outro que esteja sob a responsabilidade do próprio ator. O observador deve reconstruir o "ato realizado" pelo ator e o ator pode, recorrendo ao seu passado, expor sua ação de forma que seja possível ao observador externo (ou seja, um sociólogo) reconstruir seus motivos. Ao fazê-lo, o ator relata e, ao mesmo tempo, torna-se um observador

de seus próprios atos. É exatamente essa exposição dos “motivos de causalidade” que inspiraram a formulação de estratégias de pesquisa para se obter acesso sistemático a essas motivações. Nesse sentido, Schutz parece indicar que o acesso aos motivos porque implicam necessariamente algum tipo de colaboração entre um observador e um ator, que recupera seu próprio passado.

Em "As estruturas do mundo da vida", Schutz e Luckmann deixam ainda mais explícito como uma biografia atua como um elemento-chave para a ação no mundo da vida, no sentido de que o que já foi feito pelo próprio ator e por outros funciona como um limite para a livre possibilidade de ação (Schutz e Luckmann, 1973, p. 3). Esta limitação não significa que o que já foi feito será ou deve ser replicado novamente; as ações anteriores funcionam como um elemento para a consolidação da tipificação de situações já passadas. Nesse sentido, o que já experimentou será recuperado como referência quando os indivíduos enfrentam situações futuras. Assim, o horizonte para uma ação em novas situações se referirá primeiro às ações já realizadas, mesmo que essa referência envolva a recusa de agir de forma semelhante a situações anteriores. A sedimentação biográfica das experiências garante que a ação não será executada em um vazio, mas o estoque de experiências fornece ao ator a solução para problemas práticos.

Uma consequência sociológica desse entendimento não é que a ação futura pudesse ser antecipadas, mas as ações presentes poderiam ser melhor compreendidas se o observador pudesse acessar as experiências passadas do ator. No entanto, uma vez que a ação passada como tal nunca pode ser novamente apreendida (Rosenthal, 1995 e 2014), a interpretação atual das experiências passadas do ator é o que deve ser recuperado. Deve ter como objetivo compreender as ações presentes e passadas, mesmo considerando que essas ações passadas são sempre consideradas através da lente da situação biográfica atual e que o ator não só vive no presente, mas também trabalha com expectativas para o futuro.

Explicando o caráter biográfico do estoque de conhecimento no mundo da vida, Schutz e Luckmann (1973, p. 112) afirmam que nossas experiências são socializadas, mas essas experiências não são socializadas da mesma forma, conferindo um caráter "particular" a cada um dos nossos estoques de conhecimento. Nesse sentido, o acesso a biografias como um empreendimento sociológico poderia eventualmente se considerar como uma espécie de "microsociologia". No entanto, pelo menos em relação à sociologia de Schutz, a distinção generalizada entre micro e macrosociologia não parece fazer qualquer sentido, devido ao fato de que as experiências biográficas são ilimitadas, no sentido de que elas não estão circunscritas a algumas dimensões da vida social. Isso significa que mesmo as interações mais triviais da nossa vida cotidiana que estão sedimentadas em nossa experiência estão impregnadas de noções de normas, regras, classe e percepções de todos aspectos da estrutura social, além de sentimentos muito particulares, como o ódio, amor, etc.

Em seu breve ensaio "The Stranger - A Essay on Social Psychology", Schutz (1964a) explica as relações entre as pessoas de um lugar e um estranho. Implicitamente, Schutz parece referir-se aqui à sua

própria experiência biográfica como estranho em um país estrangeiro. A distinção entre ambos, o estranho e os locais, reside exatamente na falta de experiências biográficas comuns, especialmente nos primeiros anos de vida, como se isso estivesse vinculado a uma constituição genética de um sistema de relevância comum. Mesmo que o estranho passe um longo período de vida em seu novo país, suas experiências biográficas envolverão algumas reservas, evitando uma integração mais profunda. No entanto, o relacionamento com um estranho é multifacetado em relação ao sistema de relevância, no sentido de que essas experiências relacionadas às experiências biográficas individuais não são vistas como um obstáculo para a aceitação do estranho, em contraste com quando o estranho é assumido como compartilhando um sistema comum sistema de relevância com outra comunidade nacional.

Esta análise explica em parte, por exemplo, a relação usual com indivíduos em países estrangeiros. Quando esses indivíduos são considerados como tendo suas próprias experiências únicas, o processo de aceitação e integração é cercado com menos obstáculos, em oposição a quando esses estrangeiros são assumidos como parte de uma coletividade estereotipada, compartilhando seu sistema de relevância com outro agrupamento. O problema identificado por Schutz é que o estrangeiro é considerado em seu duplo caráter, como um indivíduo com experiências biográficas particulares e ao mesmo tempo que pertence a outra comunidade que compartilha outro tipo de sistema de relevância desconhecido. A relação dos nacionais com um estranho é ambivalente, às vezes assumindo o estranho em sua singularidade individual e às vezes como um membro inseparável de sua comunidade original, tornando a vida incerta e insegura para aqueles que se mudaram de uma sociedade para outra.

Em outro ensaio, "The Homecomer", também fortemente baseado em sua própria experiência biográfica, Schutz (1964b) explora o contexto em que as experiências biográficas comuns são interrompidas. Schutz passou alguns anos como soldado durante a Primeira Guerra Mundial (Barber, 2004). A experiência do veterano que voltou para casa depois de um período em guerra é usada para analisar como os sistemas de relevância mudam entre os membros da mesma comunidade devido à diferença em suas experiências biográficas durante um período de tempo. Schutz argumenta que aqueles que permaneceram na mesma comunidade durante a guerra mostram entre eles uma conformidade profunda no que diz respeito ao sistema de relevância, mesmo considerando que eles mostram uma diversidade de sistemas de relevância singulares. Por exemplo, eles compartilham uma maneira rotineira sobre como lidar com a novidade, sobre como superar problemas na família ou sobre como lidar com a morte. A discrepância entre o "homecomer" e os que ficaram em casa é encontrada no cotidiano, mostrando que as experiências biográficas acumuladas em um determinado período de tempo provocam uma ruptura sobre como considerar e agir em relação aos eventos mais comuns.

Todos esses argumentos pretendem mostrar as implicações pragmáticas de diferentes experiências biográficas para organizar ações futuras e consolidar diferentes percepções do mundo. Os

ensaios mencionados acima mostram a importância das experiências biográficas para compreender as motivações para a ação, explorando os aspectos genéticos dela. No entanto, esses escritos mencionados não apresentam procedimentos precisos para realizar pesquisas empíricas. A abordagem narrativa biográfica pode ser considerada como uma contribuição adequada para incorporar dados biográficos de maneira sistemática na análise sociológica. Como se verá, esses dados devem ser produzidos em uma entrevista.

### *Terceiro ato: Biografia e pesquisa empírica*

Na produção brasileira com base em métodos de relatos orais, Daniel Bertaux ocupa um lugar de destaque (Santos, Oliveira, Susin, 2014, p. 369). Essa produção buscava sobretudo identificar os padrões estruturais na configuração de relações em um processo de produção específico. Aqui, a interpretação subjetiva do entrevistado não exercia um papel relevante, em oposição a outras abordagens que elegeram as estruturas e processos subjetivos como foco de análise, notadamente a partir da abordagem desenvolvida por Fritz Schütze que surge, na Alemanha, no mesmo período em que, na França, Bertaux realizava seus primeiros estudos. Não apenas a dificuldade com a língua (já que parte significativa da produção de pesquisas empíricas conduzidas por Schütze e colegas estavam disponíveis apenas em alemão), mas sobretudo a fundamentação teórica utilizada pelos sociólogos da Universidade de Bielefeld, onde Schütze se encontrava, explica a razão pela qual a abordagem proposta por Schütze recebeu até recentemente uma atenção bastante modesta na sociologia brasileira. Schütze, seus colegas e assistentes mais jovens, nesse período, estavam de alguma maneira dando continuidade à tradição da sociologia compreensiva, combinando-a com a abordagem sociológica da chamada Escola de Chicago.

Srubar (1984), ao delinear as distinções no surgimento e posterior desenvolvimento da sociologia na França e na Alemanha, permite-nos entender melhor as preferências epistemológicas dos sociólogos desses dois países, que, mais recentemente, acabaram por informar abordagens distintas de uso de histórias de vida. Os primeiros sociólogos franceses partem da compreensão de sociedade como sendo autônoma e os indivíduos como estando subordinados a ela (Srubar, 1984, p. 164), e, dessa maneira, procuram replicar as abordagens próprias das ciências naturais para o estudo da sociedade. Com isso, o tema da ação individual acaba por não encontrar lugar. Ainda que tenha sido responsável por contribuições largamente reconhecidas para a compreensão das sociedades, a produção sociológica francesa ainda hoje permanece, em alguma medida, herdeira desta tradição intelectual, que se tornou bastante influente entre parcela da elite sociológica brasileira. Na Alemanha, durante o período inicial de constituição da sociologia como disciplina acadêmica, historiadores, psicólogos e economistas encaram com desconfiança as presunções acadêmicas da sociologia da época, considerada por alguns como sendo

a “área de lazer da pseudociência”, ou, na melhor das hipóteses, “um tipo superior de jornalismo” (Srubar, 1984, p. 165).

Com isso, os intelectuais interessados em estabelecer a sociologia realmente como disciplina acadêmica na Alemanha tiveram que dar uma nova fundamentação, implicando com isso um novo objeto e novos métodos. Seria inútil atribuir à nova disciplina a responsabilidade de estudar “toda a realidade humana”, pois desta já se ocupavam a história, a economia e a psicologia. Simmel deu contribuições para uma outra possibilidade de realizar o trabalho sociológico, ao propor a análise das interações sociais como objeto par excellence da sociologia, e, neste caso, a ação social é o que deveria merecer toda a atenção dos sociólogos (Srubar, 1984, p. 166). A formulação de Simmel, assim como aquela de Weber, ensejará o surgimento de abordagens sociológicas que terão –como veremos ao tratarmos da “virada do sujeito”– implicações importantes para o uso de relatos de história de vida, quando estará em foco não somente a trajetória de vida, mas sobretudo a ação de indivíduos vivendo determinados fenômenos ou experiências que são objeto de análise.

Embora seja inapropriado dizer que exista uma “sociologia nacional” em cada país, não é implausível pensar que os sociólogos acabem por ser atraídos por uma ou outra abordagem dominante. No caso do Brasil, razões históricas vinculadas ao estabelecimento da disciplina entre nós, fortemente marcada pela presença de cientistas sociais franceses, dentre outras razões, fez com que ao longo do tempo fosse se consolidando, na sociologia brasileira, forte influência na maneira de se praticar a sociologia, inclusive quanto à possibilidade, e utilidade, de se dedicar aos estudos de histórias de vida, em suas mais variadas vertentes.

Algumas desconfianças difundidas na sociologia francesa podem ter contribuído para desencorajar estudos biográficos entre sociólogos brasileiros. A principal delas é uma crítica bastante breve que Bourdieu dedicou aos estudos biográficos, publicada originalmente em meados da década de 1980 e, no Brasil, em meados da década de 1990. Bourdieu é, muito provavelmente, o principal autor a explicitar uma crítica à incorporação de relatos biográficos na análise sociológica. Em seu curto artigo intitulado “A ilusão biográfica”, Bourdieu argumenta que a incorporação de história de vida na pesquisa sociológica não passaria de uma “concessão da sociologia ao senso comum” (Bourdieu, 1986, p. 69). Trata-se de um artigo problemático em vários aspectos, sobretudo porque não se refere explicitamente a quais autores ou estudos sua crítica estaria direcionada. Com isso, acaba por demonstrar seja um desconhecimento da diversidade de abordagens no interior das pesquisas biográficas já à época em que formulou sua crítica, seja pura e simples má vontade em relação a esse tipo de contribuição para a compreensão da realidade social.

Bourdieu afirma ainda, dentre outras coisas, que lidar com material biográfico implicaria em admitir que vida é história, entendida como uma sucessão de eventos históricos. Buscando reforçar a

crítica de Bourdieu, Montagner afirma que se apoiar em material biográfico como objeto de análise sociológica implicaria em procurar “uma causalidade harmônica das histórias de vida individuais”, que poderia ser explicado “pela necessidade, tanto por parte dos indivíduos quanto da ciência social, de atribuir um sentido de coerência às ações humanas” (Montagner, 2007, p. 252). O maior problema aqui não é se a história de vida é harmônica ou não, mas a possibilidade de que exista algo como “biografia”, isto é, a interpretação do ator sobre sua própria vida. Com isso, a “ilusão” de Bourdieu foi tentar refutar uma abordagem sociológica sem refutar simultaneamente sua fundamentação epistemológica e metodológica. Para que fosse exitoso e consistente em seu empreendimento, seria necessário refutar especialmente sua fundamentação epistemológica, o que, definitivamente, Bourdieu não foi capaz de apresentar em seu artigo.

De fato, admitir a existência de biografia como elemento sociologicamente relevante implicaria em atribuir ao ator um status de intérprete, o que Bourdieu e seus seguidores dificilmente estariam dispostos a fazer, uma vez que exigiria, entre outras coisas, uma profunda modificação da interpretação da relação entre sujeito e *habitus*, por exemplo. A compreensão da relação entre *habitus* e indivíduo da maneira como sustentada por Bourdieu é coerente com sua posição de ver a abordagem biográfica como uma ilusão. A investigação sociológica baseada em narrativa biográfica seria, de fato, um paradoxo, se tal abordagem estivesse ancorada na teoria de *habitus* de Bourdieu, uma vez que pressupõe a irrelevância da interpretação empreendida pelo ator (Truc, 2011, p. 162).

A sociologia brasileira vem recebendo recentemente uma nova influência em relação ao uso de histórias de vida a partir dos trabalhos de Bernard Lahire (2004), que prefere se referir a trajetórias e não a biografias. A abordagem proposta por Lahire possui algumas limitações importantes, pois ao estabelecer de antemão sobre quais os temas o entrevistado deve falar, e em que sequência eles devem ser introduzidos, Lahire abdica da possibilidade de obter elementos para a análise da interpretação subjetiva sobre o curso de vida dos próprios entrevistados, seja porque não acredita ser possível alcançar tais elementos seja porque acredita não ser relevante para a pesquisa sociológica.

Procedimentos metodológicos como este proposto por Lahire criam um problema que podemos denominar de “colonização” do sistema de relevância (Schütz, 2004) do entrevistado pelo sistema de relevância do cientista social. Esse problema ocorre quando o ponto de vista do entrevistado se torna significativamente atrelado ao que seriam as expectativas do pesquisador, desconsiderando os temas que possam ser escolhidos e as formas discursivas do entrevistado como elementos-chave para a compreensão das posições assumidas ao longo de sua vida ou em fases específicas de sua biografia. Esse problema pode ser minimizado caso o sociólogo ofereça ao entrevistado a possibilidade de escolher os temas, assim como se o pesquisador, na análise, ficar atento aos tipos textuais durante a narrativa do entrevistado e, evidentemente, procurar analisar as escolhas discursivas. A seguir apontamos uma perspectiva analítica

que tem se mostrado promissora, por colocar a perspectiva do sujeito como ponto central, a partir da qual se busca a compreensão de fenômenos sociais contemporâneos.

A abordagem das narrativas biográficas, cujo principal fundamento teórico é precisamente a sociologia do conhecimento de Alfred Schutz, é uma das perspectivas metodológicas que fornecem elementos-chave para a compreensão da ação na vida cotidiana. O ponto de partida da abordagem de narrativa biográfica é a compreensão da ação individual através da obtenção de narrativas sobre experiências dos próprios entrevistados. Uma das razões para o desenvolvimento feito por um grupo de sociólogos que trabalhou na Universidade de Bielefeld durante a década de 1970 foi que, embora Schutz tivesse fornecido os elementos mais importantes para tornar as experiências biográficas um dos principais insumos para a investigação sociológica, os escritos de Schutz não poderia oferecer um processo sistemático de coleta e análise de dados, e, portanto, os escritos de Schutz poderiam ser complementados e desenvolvidos nessa direção.

A abordagem da narrativa biográfica é capaz de oferecer um acesso muito importante à interpretação do narrador e também às conexões entre indivíduos e seus grupos, comunidades e movimentos em um período específico de tempo (Carvalho, 2003). No entanto, deve-se considerar que qualquer narrativa é uma interpretação vista a partir de uma situação biográfica específica, uma vez que uma biografia é uma descrição dos processos e experiências vividas pelo próprio indivíduo. Neste sentido, a biografia é a "interpretação subjetiva de sua própria trajetória de vida" (Born, 2001, p. 245).

A abordagem narrativa biográfica e cotidiana é muito influente na sociologia européia, especialmente no cenário alemão, principalmente baseado na sociologia de Fritz Schütze e nos desenvolvimentos desenvolvidos por Gabriele Rosenthal. As principais contribuições de Rosenthal estão relacionadas à coleta de dados e a um processo de análise muito sistemático de todo o material produzido. Além disso, sua distinção entre histórias de vida narradas (*erzählte Lebensgeschichte*) e histórias de vida vivenciadas (*erlebte Lebensgeschichte*) fez importantes contribuições para a análise de biografias.

Ainda que não seja recente, o uso de relatos orais permanece ainda marginal na pesquisa sociológica brasileira, a despeito de seu uso estar se tornando mais difundido nos últimos anos. Contudo, o recurso da narrativa ainda é, em muitos casos, encarado como uma maneira de se obter dos entrevistados informações objetivas sobre as condições de vida dos mesmos, sendo utilizada em boa medida para complementar outros tipos de coleta de dados. A partir do final da década de 1970, a abordagem biográfica proposta por Daniel Bertaux passa a exercer certa influência entre pesquisadores de diversas disciplinas que se valem de relatos orais, cuja atenção está voltada sobretudo aos processos e processos objetivos (Pereira, 1991, p. 115), em oposição a

outras abordagens que possuem como objeto estruturas e processos subjetivos, notadamente a abordagem desenvolvida por Fritz Schütze a partir de meados da década de 1970 na Alemanha.

É importante destacar que a pesquisa sociológica brasileira recente, ao se valer das narrativas dos informantes, não distingue entre argumentos, descrições e narrativas propriamente ditas. Essa distinção, oriunda da lingüística e incorporada à pesquisa sociológica de narrativas biográficas por Fritz Schütze (ver, por exemplo, Schütze, 1983<sup>1</sup>), é indispensável ao empreendimento analítico que se baseia na experiência dos atores a partir de suas próprias narrativas, tendo em vista que a narrativa é o recurso discursivo mais estreitamente vinculado ao desencadeamento de ações (Rosenthal, 2004, p. 53; Labov e Waletzky, 1973), ou, de maneira mais precisa, é aquele tipo de discurso que mais se aproxima da maneira do narrador apresentar a sua interpretação do desencadeamento de ações (Küsters, 2009, p.25).

A narrativa biográfica, especificamente, é capaz de oferecer um acesso bastante útil para a análise não apenas da vida do narrador, das conexões entre o indivíduo e seu grupo ou comunidade (Carvalho, 2003, p. 293), mas permite igualmente obter elementos importantes para a análise das interpretações subjetivas sobre a ação e seu contexto social, considerando-se, contudo, que qualquer narrativa é uma interpretação a partir de uma situação biográfica determinada (Schutz, 1979, p. 73). De acordo com Rosenthal, a compreensão das ações dos indivíduos requer investigar tanto a perspectiva subjetiva do ator quanto o curso da sua ação, o que implica em dizer que essa investigação deve se debruçar sobre suas experiências, sobre o sentido que os indivíduos atribuíram a suas ações na ocasião, que sentidos atribuem agora e em que contexto biográfico o narrador localiza suas experiências (Rosenthal, 2004, p. 49). Dessa maneira, o recurso da narrativa biográfica pode ser assumido como a possibilidade de combinação de uma abordagem diacrônica (a própria biografia) com uma abordagem sincrônica (a biografia interpretada a partir de um momento biográfico específico, o presente).

Com a abordagem das narrativas biográficas, sobretudo a partir da formulação e da análise proposta por Gabriele Rosenthal (1995; 2014), pode-se obter os dados necessários para a análise do sistema de relevância compartilhado entre grupos de pessoas que compartilham experiências semelhantes (por exemplo, engajamento em movimentos sociais específicos, desemprego, cometimento de delitos e violência, etc.). Ao se obter narrativas das experiências biográficas, na perspectiva do agente, é possível obter acesso aos dados que poderão permitir a

---

<sup>1</sup> Há uma tradução para o português publicada recentemente, Schütze, 2010.

análise do sistema de relevância do narrador, pressuposto indispensável, de acordo com a sociologia de Schütz, para a compreensão da ação daqueles que agem, assim como também do compartilhamento de sentido entre aqueles envolvidos diretamente em um mesmo tipo de fenômeno, por exemplo violência. Para tanto, o entrevistador deve seguir um procedimento de entrevista bastante distinto das formas difundidas de entrevista semi-estruturada, cujo objetivo é não direcionar o entrevistado com questões pre-definidas, tendo em vista que tal procedimento provoca invariavelmente a contaminação do entrevistado com o sistema de relevância do pesquisador.

Ainda que o pesquisador tenha claramente definido seu problema de pesquisa, recomenda-se que a primeira questão formulada ao entrevistado deva ser a mais aberta possível, para que os entrevistados apresentem toda sua vida, de maneira a mais extensa e detalhada possível. Dessa maneira, o(a) entrevistado(a) poderá selecionar do seu próprio sistema de relevância, o momento mais conveniente para o início da sua narrativa biográfica, as fases da vida que deverão merecer maior atenção, os episódios que receberão mais destaque e que serão mais detalhadamente narrados, ou, ao contrário, episódios sobre os quais serão realizadas descrições. Já aqui o biografado está fazendo escolhas que estão vinculadas de alguma maneira à ação e à sequência narrativa. Essas escolhas estão fundadas no sistema de relevância, que permite ao indivíduo *selecionar* os conhecimentos à disposição na medida em que são *relevantes* para a ação (Nasu, 2008, p. 91). Caso se colocasse ao entrevistado questões explicitamente relacionadas ao problema de pesquisa do pesquisador estar-se-ia emprestando ao entrevistado o sistema de relevância do pesquisador, o que, evidentemente, compromete a obtenção da interpretação subjetiva dos atores.

É recorrente durante a entrevista a ocorrência de passagens não apenas narrativas, mas também descritivas, em que são descritas, por exemplo, condições sociais, condições da época, características dos atores ou circunstâncias da situação, e argumentativas, em que são apresentados esclarecimentos, orientações, elementos biográficos ou identitários do narrador (Schütze, 1984, p. 91). Diferentemente da descrição e da argumentação, narrativas referem-se à sequência de eventos passados ou mesmo fictícios, que possuem uma relação de sequência temporal ou uma conexão causal entre eles (Rosenthal, 2008, p. 139). Dessa forma, os trechos narrativos da entrevista devem ser priorizados exatamente por permitirem a provisão de elementos analíticos adequados para a investigação da interpretação subjetiva, uma vez que a

narrativa – mais que a descrição e a argumentação – refere-se mais intimamente ao roteiro de ação (Küsters, 2009, p.25) desempenhado pelo ator.

Cada entrevista deve ser transcrita integralmente e submetida à *análise reconstrutiva e seqüencial*. A *análise reconstrutiva* significa que a entrevista não é abordada com categorias pré-definidas, nem submetida a teste de hipóteses formuladas *a priori*. O objetivo da reconstrução é decodificar tanto o significado da experiência biográfica vivida no passado quanto o significado da apresentação realizada no presente. Na *análise seqüencial*, que é antecedida pelo levantamento dos eventos ao longo da vida do biografado (nascimento, dados escolares, constituição da família, mudança de residência, doenças, etc.), o texto transcrito é interpretado em pequenas unidades de acordo com sua forma seqüencial, ou seja, a seqüência como o texto é criado no momento da entrevista. Seguindo-se aqui os procedimentos da análise da hermenêutica objetiva, proposta por Ulrich Oevermann (ver Wernet, 2009) e adotada por Rosenthal, cada dado da seqüência biográfica é inicialmente interpretado sem se confrontar com a totalidade do que foi apresentado na entrevista, mas seu significado, para quem analisa, vai ganhando consistência na medida em que avança a análise de toda a entrevista, quando cada evento narrado é interpretado dentro do contexto da própria entrevista.

Convém chamar a atenção que o esforço aqui, como atividade sociológica, é direcionado à tentativa de reconstruir as estruturas latentes do significado dos eventos biográficos ou episódicos, uma vez que estes não estão disponíveis ao entrevistado (Rosenthal, 2004, p.55). Esse procedimento analítico implica em dividir o texto resultante da narrativa em pequenas unidades analíticas, divididas por campos temáticos introduzidos pelo próprio entrevistado, para as quais são formuladas hipóteses que são testadas com base no procedimento da abdução, ou seja, em que as hipóteses são geradas a partir dos fatos narrados, assim como nos fatos omitidos, tendo em vista que a análise considera dados obtidos tanto diretamente da entrevista quanto de informações adicionais sobre o informante (por exemplo, prontuários de internação médica ou de instituição punitiva, agência de emprego, ou, na ausência desses dados, informações obtidas com seu círculo mais próximo de relações). Neste sentido, importa igualmente os eventos vividos pelo entrevistado, mas não mencionados ao longo de toda a entrevista. As entrevistas são então analisadas tanto em seu conjunto, identificando-se a seqüência, as formas discursivas e os campos temáticos, para os quais são formuladas e testadas hipóteses relativamente à interpretação subjetiva (de quem narra) das experiências biográficas.

Esse complexo procedimento de coleta e análise de dados torna possível abordar o problema da interpretação subjetiva na vida cotidiana de maneira adequada, precisamente por permitir, de um lado, que o sistema de relevâncias e tipificações se explicitem, e de outro lado, que o estoque de conhecimento à mão forneça elementos importantes para a compreensão da experiência do entrevistado e, com isso, pode-se obter novos elementos para a compreensão da realidade social, assim como da ação do ator.

### *Epílogo*

A literatura nas ciências sociais brasileiras tem sido modestamente receptiva a análises que procuram compreender fenômenos sociais a partir da perspectiva da ação individual, ou seja, por meio de uma análise sociológica da subjetividade. Procuramos, aqui, explorar o tema a partir dos elementos teóricos da sociologia de Alfred Schütz e da abordagem das narrativas biográficas, precisamente por permitir a emergência do sistema de relevância dos atores, elemento central na sociologia schütziana para a compreensão da ação. A análise de narrativas biográficas baseada nos conceitos de Schütz se mostram como um empreendimento promissor, mesmo que de maneira preliminar, uma vez que permite explorar a fundamentação da ação dos próprios agentes. Como afirmado por Schütz, estas fundamentações estão conectadas à maneira que estas experiências estão acumuladas em suas respectivas biografias e expressas por meio do seu sistema de relevância, concebido como a orientação individual para a ação. Procedendo como se propôs aqui, teórica e metodologicamente, pode-se obter uma melhor compreensão da interpretação de indivíduos de comunidades semelhantes ou daqueles que compartilham experiências comuns.

### **Referências**

BARBER, Michael D. (2004). *The Participating Citizen – A Biography of Alfred Schutz*. New York: SUNY.

BARBER, Michael D. (2010), *Alfred Schütz*, in Edward N. Zalta (ed.), “Stanford Encyclopedia of Philosophy”. Stanford, CA: Stanford University.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (1991), *The Social Construction of Reality – A Treatise in the Sociology of Knowledge*. Harmondsworth: Penguin Books.

- BORN, Claudia (2001), *Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos*, in “Sociologias”, 3, 5, pp.240-265.
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le Sens Pratique*. Paris: Les Editions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1986). L’illusion biographique. Actes de la recherche en sciences sociales, v. 62-63, p.69-72.
- BOURDIEU, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CARVALHO, Isabel Cristina Moura (2003), *Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermeútica*, in “Horizontes Antropológicos”, 9, n.19, pp. 283-302.
- CROSSLEY, Nick (2011), *The phenomenological habitus and its construction*, in “Theory and Society”, 30, pp.81-120.
- DREHER, Jochen (2011), *Alfred Schütz*, in George Ritzer and Jeffrey Stepnisky (ed.), “The Wiley-Blackwell Companion to Major Social Theorists”. Blackwell Publishing.
- FISCHER-ROSENTHAL, Wolfram (2005). The problem with identity: biographical as solutions to some (post)-modernist dilemmas. In: Robert Miller (ed.), *Biographical Research Methods IV*. London: Sage, 2005.
- GIDDENS, Anthony (2003). *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- KENNY, Anthony (1978), *Freewill and Responsibility*. London: Routledge and Kegan Paul.
- KÜSTERS, Ivonne (2009), *Narrative Interviews – Grundlage und Anwendungen*. Wiesbaden: VS Verlag.
- LABOV, William; WALETSKY, Joshua (1973), *Erzählanalyse: mündliche Versionen persönlicher Erfahrung*, in Jens Ihwe (ed.), *Literaturwissenschaft und Linguistik – Eine Auswahl*. Frankfurt: Athenäum Fischer Taschenbch Verlag.
- LAHIRE, Bernard (2004). *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed.
- MONTAGNER, Miguel Ângelo (2007). Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, v. 9, n. 17, 240-264.
- MUZZETTO, Luigi (2006), *Time and Meaning in Alfred Schütz*, in “Time & Society”, vol.15, No. 1, pp.5-31.
- NASU, Hisashi (2008), *A continuing dialogue with Alfred Schütz*, in “Human Studies”, 31, pp.87-105.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite (1991). Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial. *Análise & Conjuntura*, v. 6, n. 3, p. 109-127.

- POTHAST, Ulrich (1987), *Unzulänglichkeit der Freiheitsbeweise*. Frankfurt: Suhrkamp.
- ROSENTHAL, Gabriele (1995), *Erlebte und erzählte Lebensgeschichte – Gestalt und Struktur biographischer Selbstbeschreibungen*, Frankfurt: Campus.
- ROSENTHAL, Gabriele (2004), *Biographical Research*, in C. Seale; G. Cobo; J.F. Gubrium; D. Silverman (eds.), “Qualitative Research Practice”. London: Sage.
- ROSENTHAL, Gabriele (2014). Pesquisa social interpretative – uma introdução. Porto Alegre: Edipucrs. *Interpretative Sozialforschung – Eine Einführung*. Weinheim: Juventa.
- SANTOS, Hermílio; OLIVEIRA, Patricia; SUSIN, Priscila (2014). Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: revisão e perspectivas, *Civitas*, vol. 14, n. 2, 359-382.
- SCHUTZ, Alfred (1962). Choosing Among Projects of Action, in *Collected Papers I: The Problem of Social Reality*, Natanson, M. (ed.). The Hague: Nijhoff, 67-96.
- SCHUTZ, Alfred (1964a). The Stranger – An Essay on Social Psychology, in *Collected Papers II: Studies in Social Theory*, Brodersen, Arvid (ed.). The Hague: Nijhoff, 91-105.
- SCHUTZ, Alfred (1964b). The Homecomer, in *Collected Papers II: Studies in Social Theory*, Brodersen, Arvid (ed.). The Hague: Nijhoff, 106-119.
- SCHUTZ, Alfred (1979), *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SCHUTZ, Alfred (2004), *Relevanz und Handeln 1 – Zum Phänomenologie des Alltagswissens*. Konstanz: UVK.
- SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas (1973), *The Structures of the Life-World*, Vol.1. Evanston: Northwestern University Press.
- SCHÜTZE, Fritz (1983), *Biographieforschung und narratives Interview*, in “Neue Praxis”, 3, pp. 283-293.
- SRUBAR, Ilja (1984). On the origin of ‘phenomenological’ sociology, *Human Studies*, 7, 163-189.
- TUGENDHAT, Ernst (1992), *Philosophische Aufsätze*. Frankfurt: Suhrkamp.
- TRUC, G r me (2011). Narrative identity against biographical illusion: the shift in sociology from Bourdieu to Ricoeur. * tudes Ricoueriennes/Ricouer Studies*, v.2, n.1, 150-167.